



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: JORNAL DO DIA

Identificação: CIDADES 10

Data: 10/10/2012

### **Ação do MPE quer garantir pagamento dos salários dos servidores de São Cristóvão**

O Ministério Público de Sergipe ajuizou Ação Civil Pública contra o município de São Cristóvão para garantir o pagamento dos salários atrasados dos agentes públicos municipais e a efetivação do pagamento da remuneração de todos os servidores até o 5º dia útil de cada mês. A ação foi proposta por intermédio do promotor de Justiça Augusto César Leite de Resende.

De acordo com a Promotoria, as provas produzidas em Inquérito Civil revelaram que o Município de São Cristóvão vem, injustificadamente, atrasando o pagamento da remuneração dos servidores públicos efetivos e comissionados da cidade.

Ficou comprovado também que não há, por parte do Município, um planejamento financeiro para o pagamento de salários, razão pela qual foi gerada a insatisfação dos servidores públicos de São Cristóvão que, ultimamente, convivem com a incerteza sobre o dia em que receberão os seus vencimentos pelos serviços prestados à população.

**Bloqueio das contas** - Com vistas a garantir o recebimento, em dia, dos salários dos servidores, o Ministério Público requereu, na ação, o bloqueio imediato de todos os recursos repassados ao Município de São Cristóvão e destinados ao custeio de pessoal, em especial do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação - FUNDEB, os quais serão destinados pelo Poder Judiciário ao pagamento dos salários atrasados dos servidores.

Por fim, requereu a condenação do Município de São Cristóvão a ressarcir o dano moral coletivo causado a todos os servidores públicos, que foram, injustificadamente, privados dos meios necessários à sua própria subsistência e de suas famílias e que, por isso, tiveram suas dignidades flagrantemente violadas pela administração pública municipal.